

TRIBUTAR OS SUPER RICOS É A MELHOR SOLUÇÃO PARA OS TRABALHADORES



Na medida em que as discussões sobre reforma tributária vão avançando, muitos se perguntam: afinal, qual é a melhor proposta para os trabalhadores? Há pelo menos três propostas de reformas tributárias sendo discutidas no Congresso Nacional, a PEC 45/2019, a PEC 110/2019 e o PL 2.358/2020. Nenhuma delas, no entanto, foi construída a partir das demandas do campo popular. O projeto TRIBUTAR OS SUPER RICOS apresenta uma alternativa a todas as propostas de reforma tributária em andamento, não para substituir a discussão sobre a necessidade de uma reforma tributária ampla, mas para permitir que esta discussão seja postergada para um momento de normalidade econômica do País. A gravidade da crise que estamos vivendo impõe medidas urgentes, para enfrentar os problemas emergenciais.

VEJA OS MOTIVOS PARA TRIBUTAR OS SUPER RICOS

1. É a única proposta que enfrenta o principal problema que estamos vivendo, pois **pode promover um aumento de quase R\$ 300 bilhões na arrecadação**, recurso necessário para garantir renda para quem precisa e para ampliar a capacidade do SUS.

a) As outras propostas não apresentam soluções de curto prazo para o enfrentamento da crise da COVID-19.

2. É a única proposta que promove uma desoneração de tributos para os mais pobres. **Trabalhadores com renda de até R\$ 15 mil por mês pagarão menos Imposto de Renda.** Isso significa um **aumento de renda para os trabalhadores de quase R\$ 16 bilhões por ano.**

a) Nenhuma outra proposta altera a legislação do Imposto de renda

b) As propostas em discussão não tratam da desoneração das baixas rendas, nem reduzem a tributação sobre o consumo, ao contrário, tendem a aumentar.

3. É a única proposta que promove uma redução dos tributos das micro e pequenas empresas, retirando da sua alíquota as parcelas de IRPJ e CSLL. **Mais de 70% das empresas do País, que empregam cerca de 12 milhões de trabalhadores, serão beneficiadas.**

a) As outras propostas não tratam da desoneração de tributos para pequenas empresas.

4. É a única proposta que **pode promover aumento de emprego**, pois amplia a disponibilidade de renda dos mais pobres, o que é fundamental para injetar recursos na economia, pois as rendas mais baixas têm muito maior propensão ao consumo, ampliando o mercado interno, reaquecendo a economia e gerando empregos.

a) Nenhuma outra proposta apresenta soluções para a ampliação de renda dos mais pobres.

b) É ilusão imaginar que bastaria simplificar o sistema tributário, como dizem, para aumentar o emprego. Por traz da ideia atrativa da simplificação, há simplesmente uma tentativa de reduzir custos corporativos e é sabido que o que é bom para a empresa não é necessariamente bom para os trabalhadores.

c) Se a redução de custos fosse suficiente para aumentar empregos, a reforma trabalhista, o aumento de benefícios fiscais concedidos e a desoneração das rendas do capital teriam gerado muitos empregos, o que não aconteceu.

5. Promove empregos também porque amplia os gastos públicos. A experiência histórica recente comprova que os cortes dos gastos públicos não promoveram a atividade econômica, nem geraram empregos. Ao contrário, os períodos de maiores níveis de emprego foram justamente os períodos em que os gastos públicos foram mais elevados.

a) As outras reformas trabalham com a lógica da manutenção do congelamento e ampliação dos cortes de gastos. A proposta do governo, inclusive, sinaliza com uma próxima fase com sugestões de redução de carga tributária.

b) Nenhuma das propostas apresenta solução para a ampliação dos gastos sociais.

6. É a única proposta que apresenta uma solução para o financiamento da Seguridade social. Em épocas de crise, o setor público mais demandado é o da Seguridade social, e é também o que mais perde receitas pela queda da atividade econômica. A criação de uma Contribuição Social sobre as Altas Rendas das pessoas físicas, que vai atingir apenas 200 mil pessoas com rendas mensais superiores a R\$ 60 mil, e a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos e do setor extrativo mineral são medidas importantes para o fortalecimento do orçamento da proteção social.

a) As outras propostas desconsideram o financiamento da Seguridade social, na medida em que propõem a unificação de impostos com contribuições sociais.

b) A proposta do governo, que apenas agrupa a COFINS e o PIS/PASEP, não afeta diretamente o financiamento da Seguridade, mas trabalha com a hipótese da manutenção do congelamento dos gastos.

7. É a única proposta que apresenta uma solução para o grave problema financeiro dos Estados e Municípios, que são os entes responsáveis pelas principais políticas de enfrentamento da crise. A proposta prevê uma repartição adicional de 10% do Imposto de renda e uma repartição de 20% da arrecadação do Imposto Sobre Grandes Fortunas com os Estados e Municípios. **Isso representa cerca de R\$ 83 bilhões para os Estados, e R\$ 54 bilhões para os Municípios.**

a) As outras propostas, exceto a do governo, promovem alterações diretamente nos principais tributos dos Estados e dos Municípios, mas não resolvem o problema emergencial por que passam os entes da federação.

b) Para muitos Estados e Municípios, os problemas financeiros tendem a se agravar.